

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.745 - TO
(2018/0312188-1)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : ELTON DE CARVALHO CAMPELO
AGRAVANTE : ALMIR DA SILVA COSTA FILHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. RECEPÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DO COMPARECIMENTO DO DEFENSOR PÚBLICO À AUDIÊNCIA. NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DATIVO. NULIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Esta Corte Superior possui entendimento consolidado de que a Defensoria Pública, conquanto possua, na qualidade de função essencial à Justiça, o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita a todas as pessoas que comprovem insuficiência de recursos, nos termos do art. 5º, LXXIV, não detém a exclusividade do exercício de defesa daqueles que não têm meios financeiros para contratar advogado, ou necessitam de um defensor *ad hoc*, assim como não existe direito subjetivo de o acusado ser defendido pela Defensoria Pública. Precedentes.
2. Não se verifica constrangimento ilegal quando o recorrente teve a oportunidade de indicar profissional de sua confiança para patrociná-lo em juízo, o que não fez por insuficiência de recursos, não se podendo, no curso do processo, exigir que sua defesa seja realizada unicamente pela Defensoria Pública, notadamente porque, à época em que nomeado advogado dativo para atuar no feito, restou comprovada a insuficiência dos serviços prestados pela Defensoria Pública estadual na comarca, diante da impossibilidade do comparecimento do Defensor Público constituído ou qualquer substituto legal.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Presidente e Relator

